



NOTA À IMPRENSA

Com relação à operação deflagrada nesta segunda-feira pelo Ministério Público, informamos que, ao tomar conhecimento dos fatos na manhã de hoje, nos dirigimos imediatamente ao Núcleo de Atendimento da comarca de Guarabira para acompanhar de perto o andamento das apurações.

Registramos que informações internas da Defensoria Pública já haviam indicado uma atuação intensa de advocacia por parte de um servidor, o que nos levou a instauração de um procedimento administrativo que culminou no pedido de exoneração do servidor. O investigado, portanto, não integra mais os quadros da Defensoria Pública desde o dia 8 de outubro.

Ressaltamos, ainda, que tais informações motivaram, inclusive, uma recente alteração na legislação relativa aos assessores da Defensoria Pública, com a inclusão de dispositivo que proíbe a prática de advocacia por esses profissionais. A mudança já foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada na semana passada pelo governador.

Sobre o possível envolvimento de um defensor público, garantimos que a apuração será realizada com todo o rigor que a lei exige, incluindo o afastamento temporário do cargo durante as investigações.

Ressaltamos que a investigação por parte do Ministério Público é bem-vinda, pois a Defensoria Pública é a principal interessada na transparência, na elucidação dos fatos e na punição dos responsáveis, caso se confirmem as suspeitas.

Reforçamos que o serviço da Defensoria Pública é inteiramente gratuito e que temos canais abertos, como nossa Ouvidoria, para receber qualquer denúncia de cobranças indevidas ou captação de clientes em nossas instalações. Os cidadãos podem entrar em contato com a Ouvidoria através do número (83) 98647-7712.

Coriolano Sá
Corregedor Geral da DPE-PB